



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

Informação n.º: 39/2019 – SEASP

Brasília-DF, 11 de outubro de 2019.

Processo n.º 27.396/2016-e.

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Assunto: Representação.

Ementa: Representação de empresa privada alegando que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal está atrasando os pagamentos dos serviços de manutenção de frota de veículos. Decisão 3.799/2017. Sobrestamento dos autos até o deslinde do Processo nº 34.860/15. Pelo levantamento do sobrestamento e arquivamento dos autos.

Senhor Secretário,

Tratam os autos da análise da Representação formulada pela empresa Pick-Up Center Tecnologia em Pick Up's e Caminhões Ltda., acerca de atrasos nos pagamentos dos serviços de manutenção na frota de veículos, objeto do Contrato nº 036/2012, firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do DF – SES/DF.

2. Nesta oportunidade, retoma-se a instrução destes autos em virtude do desfecho do Processo nº 34.860/2015, o qual sobrestava o presente processo conforme o item IV da Decisão nº 3799/2017¹ (peça nº 51, e-DOC 7AFBE739-e).

¹O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, decidiu:

(...)

IV– sobrestar o exame de mérito dos autos, até o deslinde do Processo nº 34.860/15;



I. ANTECEDENTES

3. A Empresa Pick Up Center Tecnologia em Pick Up's e Caminhões Ltda. ofereceu Representação a este Tribunal alegando que a Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF não liquidou despesas alocadas em Restos a Pagar de 2014, relacionadas ao Contrato nº 036/2012/SES/DF, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção da frota de veículos da Secretaria (peça 1, e-DOC A7B81D79-c).
4. Salientou que, apesar de ter notificado a contratante, em janeiro de 2015, e de ter comunicado a este Tribunal, em abril do mesmo ano, sobre o não pagamento das despesas, a Secretaria de Saúde não efetuou qualquer pagamento.
5. A Representação foi conhecida pela Corte na Decisão nº 5198/2016 (peça 8, e-DOC FECC9C90-e).
6. Posteriormente, na Decisão nº 597/2017 (peça 20, e-DOC 36EE3A32-e) a Corte considerou parcialmente procedente a Representação, estipulou prazo para que a SES informasse as providências que estavam sendo adotadas para a quitação das obrigações noticiadas pela representante, sob pena de sanção, bem como esclarecesse sobre a ausência de dotação orçamentária para o pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA no Programa de Trabalho 10.122.6002.8517.9677 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – Frota de Veículos – SES – Distrito Federal, constante no Projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2017.
7. A SES, por meio do Ofício nº 805/2017-GAB/SES (peça 41, e-DOC 9A0EBB80-c), encaminhou ao Tribunal o Memorando nº 486/2017-FSDF/SES, em atendimento ao *decisum*, em que há o reconhecimento de débitos relacionados a exercícios anteriores da referida empresa que totalizavam R\$ 371.271,73 (trezentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e três centavos). E, ainda, informação do Fundo de Saúde no sentido de que os débitos seriam tratados como reconhecimento de dívida, conforme determina o Decreto nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

37.594/2016² e que os pagamentos seriam feitos de acordo com a ordem cronológica determinada pela Lei nº 5760/2016³.

8. Na última análise, após examinar o mérito do Pedido de Reexame (peça 32, e-DOC 41DE9F3F-e)⁴ apresentado pelo Ministério Público que funciona junto a esta Corte contra a Decisão nº 597/2017, o Tribunal prolatou a Decisão nº 3799/2016 (peça 51, e-DOC 7AFBE739-e):

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, decidiu: **I** – tomar conhecimento do Ofício nº 805/2017-GAB/SES (e-doc 9A0EBB80-c); **II** – ter por cumprida a Decisão nº 597/17; **III** – dar provimento parcial ao Pedido de Reexame do douto Ministério Público junto a esta Corte de Contas (e-docs 41DE9F3F-e e AAE518BB); **IV – sobrestar o exame de mérito dos autos, até o deslinde do Processo no 34.860/15**; **V** – dar conhecimento desta decisão à empresa Representante; **VI** – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para adoção das providências cabíveis. [grifou-se]

9. Nesse contexto, em virtude do deslinde do Processo 38460/2015, faz-se necessário retomar a instrução destes autos.

II. ANÁLISE

10. O Processo 34860/2015⁵ se encontra arquivado desde 05/06/2018, conforme Decisões 518/2018 e 1834/2018 (peças 179 e 195, respectivamente

² Dispõe sobre reconhecimento de despesas de exercícios anteriores. (revogado pelo Decreto 39014 de 26/04/2018).

³ Dispõe sobre a ordem cronológica de pagamento a ser obedecida no âmbito das contratações e aquisições realizadas pela administração pública dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal. Esta lei teve sua eficácia suspensa liminarmente pelo TJDF em 19/05/2019 (Processo 20170020048573ADI), em virtude da ADI nº 4857-3, e foi retirada do ordenamento jurídico em 04/04/2018, conforme Acórdão 1085198/18, que a considerou inconstitucional, com efeitos *ex-tunc* e *erga omnes*. Pesquisa realizada em 09/10/2019 no endereço <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/inconstitucionalidades/2018>>

⁴ Em apertada síntese, o MPJTCDF apresentou referido recurso para que "...**a**) a Corte somente se pronuncie a respeito dos autos após o julgamento do mérito da Representação nº 32/2012-CF (Processo nº 23.074/2012), posto que o preço do ajuste, sua economicidade e legitimidade estão sendo questionados, o que impacta fortemente no reconhecimento de qualquer pagamento a respeito; e/ou **b**) deixe de se pronunciar a respeito do pleito da interessada, conforme item III da Decisão nº 5.555/2015 do Processo nº 34.860/2015. A Decisão nº 3799/16 deu provimento ao recurso apenas no tocante ao solicitado na alínea "b".

⁵ Autuado para abrigar a análise do Representação do Ministério Público junto à Corte, requerendo que o Tribunal determine a análise dos efeitos da aplicação dos Decretos nºs 36.240/15, 36.243/15



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

naqueles autos). Assim, o sobrestamento dos presentes autos, determinado pelo item IV da Decisão 3799/2016, deve ser necessariamente levantado.

11. Ao apreciar o Processo 34860/2015, esta Corte, pela Decisão nº 5545/2016 (peça 94 daquele processo), determinou o seguinte, em parte:

IV) determinar ao Exmo. Senhor Governador e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que: **a)** no prazo de 10 (dez) dias, apresentem circunstanciados esclarecimentos em face das constatações da inspeção realizada pelo corpo técnico desta Corte, para os fins do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, que revelam a existência concomitante de uma ordem cronológica de pagamento das despesas relativas ao exercício vigente, e, de outra, referente às dívidas de exercícios anteriores; **b)** no prazo de 10 (dez) dias, informem ao Tribunal o andamento do processo de pagamento das dívidas de exercícios anteriores, instituído pela Portaria Conjunta nº 02/2016, apresentando, ainda, circunstanciados esclarecimentos sobre as providências que estão sendo adotadas para a quitação do passivo remanescente a esse título, acompanhados do respectivo cronograma de desembolso; **c)** imediatamente efetuem as necessárias adaptações no SIGGO no intuito de deixar de condicionar a emissão de NL pela UG no SIGGO à prévia liberação de cota financeira pela Subsecretaria do Tesouro - SUTES/SEF, uma vez que essa prática afronta as Normas de Execução Orçamentária e Financeira, por impedir o regular e tempestivo registro contábil das despesas já liquidadas (reconhecimento do direito líquido e certo do credor); **V)** determinar a abertura de autos apartados para verificar o procedimento adotado pela Subsecretaria de Tesouro – SUTES ao determinar quais pagamentos relativos ao exercício vigente seriam realizados primeiro, uma vez que não guardam relação com o estabelecido na Lei de Licitações e Contratos Administrativos; **VI) autorizar, desde logo, a realização de inspeção em conjunto pela SEMAG, SEAUD e SEACOMP, sob a coordenação da SEGECEX, na Secretaria de Estado de Fazenda e onde mais se fizer necessário, para fiscalizar o atendimento integral desta decisão, e, em especial, para aferir, nos diversos órgãos do Complexo Administrativo do DF, o andamento e a regularidade do processo de pagamento das dívidas de exercícios anteriores, instituído pela Portaria Conjunta nº 02/2016; [grifou-se]**

e 36.755/15 e da legalidade dos atos praticados em decorrência dos mesmos, mormente quanto à possível inobservância da ordem cronológica de pagamentos determinada no art. 5º da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

12. Para o acompanhamento do assunto tratado no item VI do referido *decisum* foi autuado o Processo nº 34686/2016 e para o objeto do item V foi constituído os autos de nº 36999/2016⁶.

13. Com o arquivamento do Processo nº 34860/2015, a ordem cronológica dos pagamentos, inclusive a discutida nestes autos, continuou a ser verificada no âmbito do Processo nº 1691/2015⁷, como já havia entendido o MPJTCDF no seu Parecer nº 513/17 (peça 45, e-DOC 6C4D04BB-e).

14. O assunto do Processo 34686/2016 ainda aguarda deliberação de mérito por esta Corte. A discussão da matéria tratada naqueles autos tinha sido suspensa pela Decisão 4215/2018 (peça 47, e-DOC 4380DBCD-e, daqueles autos), mas foi retomada com vistas a nova manifestação do Corpo Técnico, autorizando, ainda, a realização de inspeção complementar à autorizada pelo item VI da Decisão nº 5545/2016, para atualização das informações diante dos fatos destacados pelo Relator daqueles autos no Despacho Singular nº 333/2019-GC/PT (peça 50, e-DOC 6F0FB9DC-e do referido processo).

15. No que tange ao Processo 1691/2015, verifica-se que os itens II.a.1 e II.a.2 da Decisão 5794/2016⁸ foram considerados não cumpridos, sendo determinada, por meio do item IV da Decisão 5202/2017 (peça 106, e-DOC A327AE6F do referido processo), a apresentação de justificativas pelos responsáveis em relação aos seguintes aspectos: falta de normatização do

⁶ Processo arquivado pela Decisão nº 913/2017, após considerar cumprida a diligência do item V da Decisão nº 5545/16.

⁷ Por meio do item II-a da Decisão nº 1617/2015, a Corte autorizou a realização de auditoria de regularidade para verificar o cumprimento do art. 5º, caput, da Lei nº 8.666/93, a ser conduzida no 2º semestre de 2015, com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório Analítico e Projeto de Parecer Prévio alusivos às Contas do Governo daquele exercício.

⁸ II – recomendar, em razão dos achados verificados: **a)** ao Exmº. Sr. Chefe do Poder Executivo e ao titular da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal quanto à obrigação de: **1)** normatizar o processo de pagamento das obrigações do Governo do Distrito Federal, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 8.666/93 e com a Decisão TCDF nº 5.545/16, mormente quanto aos seguintes pontos: conceito de exigibilidade, prazos para atesto e liquidação de despesas, definição de prioridades de pagamento, justificativas para a preterição da ordem cronológica e outros meios aptos a conferir transparência à ordem cronológica do pagamento de credores na esfera distrital; **2)** adaptar o Sistema de Integrado de Gestão Governamental – SIGGO com o objetivo de contemplar os requisitos eventualmente fixados no normativo, visando viabilizar, em especial, a organização automatizada das despesas a serem pagas, consoante a ordem cronológica de exigibilidade, bem como a inclusão de justificativa em eventual necessidade de preterição da cronologia dos pagamentos;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

processo de pagamento das obrigações do GDF e não realização das adaptações no SIGGO.

16. Quanto à normatização do processo de pagamento salienta-se, conforme mencionado na Informação nº 02/19 – DICO (peça 174, fl. 2 do e-DOC 92B12C69 do referido processo), que o GDF havia estabelecido prazo para elaboração do normativo até 30/06/2017, o que efetivamente não ocorreu.

17. Em virtude do item IV.a da Decisão 5202/2017 os jurisdicionados informaram a constituição de Grupo de Trabalho, cujo prazo para conclusão dos serviços era 31/12/2017, posteriormente prorrogado para 31/12/2018. Enquanto isso, a SEF/DF assegurou que o pagamento das obrigações seria realizado com base na Lei 5760/2016⁹, que regulamentava a matéria.

18. Registra-se que, por meio da Portaria 137/2019, publicada no DODF em 08/04/2019, a SEF constituiu novo Grupo de Trabalho para cumprir o Plano de Ação exigido no item III da Decisão 5794/2016¹⁰ (peça 77, e-DOC 385A355E-e do referido processo), e corrigir as falhas na ordem cronológica de pagamento, estabelecendo a data de 31/08/2019 como prazo limite para a conclusão das atividades¹¹.

19. Nesta esteira, o item III da Decisão 1886/2019 (peça 182, e-DOC B1D1E6E9 daqueles autos) determinou o acompanhamento do desfecho dos trabalhos do referido grupo pela SEMAG.

20. Não se tem notícia da publicação de qualquer norma que regule a matéria, ou seja, até o momento não há definições normativas

⁹ Como já se afirmou, esta norma teve, inicialmente, sua eficácia suspensa liminarmente pelo TJDF em 19/05/2019 (Processo 20170020048573ADI), no bojo da ADI nº 4857-3, e foi retirada do ordenamento jurídico em 04/04/2018, conforme Acórdão 1085198/18, que a considerou inconstitucional, com efeitos *ex-tunc* e *erga omnes*. Pesquisa realizada em 09/10/2019 no endereço <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/inconstitucionalidades/2018>>.

¹⁰ III – determinar às jurisdicionadas indicadas no inciso II que, no prazo de 60 (sessenta) dias, apresentem a esta Corte de Contas Plano de Ação, a ser elaborado de forma conjunta, com a participação da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, indicando as medidas que serão adotadas visando solucionar as falhas identificadas, contendo o respectivo cronograma de implementação e as unidades e gestores responsáveis, conforme modelo estabelecido no anexo X do Manual de Auditoria³ deste Tribunal;

¹¹ Não se tem notícias de que os trabalhos foram concluídos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

quanto ao processo de pagamento das obrigações do Governo do Distrito Federal, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 8.666/93 e com a Decisão TCDF nº 5.545/2016, mormente quanto a definição de prioridades de pagamento, justificativas para a preterição da ordem cronológica e outros meios aptos a conferir transparência à ordem em que os pagamentos de credores são realizados na esfera distrital.

21. Por outro lado, acerca das adaptações no SIGGO para operacionalização da ordem cronológica de pagamento, cabe apresentar as considerações registradas na Informação 3/2018-DICOG (peça 153, e-DOC 4257F3CA), no âmbito do Processo 1691/2015:

Concernente à realização das adaptações no SIGGO, a SEF/DF alertou que, **“em razão do alto grau de complexidade e das dificuldades enfrentadas para a execução de alterações na plataforma de desenvolvimento do sistema”, não foi possível concluí-las.** Acrescentou que já foi disponibilizado no ambiente de homologação requisitos definidos pelo Grupo de Trabalho, dando início, assim, à fase de testes. Assim, foram apresentados os andamentos dos referidos trabalhos e os motivos para sua não finalização até o momento. De qualquer forma, causa estranheza o noticiado início de fase de testes das adaptações do Siggo previamente à edição da normatização do processo de pagamento, posto que, conforme reconhecido no Ofício SEI-GDF nº 721/2018 – SEF/GAB (e-DOC BA1037C3-e), o objeto do Documento de Oficialização de Demanda –DOD nº24/2017 é a “implementação dos ajustes necessários no Siggo com o objetivo de contemplar os requisitos eventualmente fixados no normativo”. (Grifou-se)

22. Assim, também não se tem notícias de que as adaptações no sistema foram processadas até a presente data. Segundo informações colhidas na SEMAG, nesta data, os trabalhos ainda não foram concluídos.

23. Face ao elevado número de credores do DF, tanto relativos a despesas do exercício, quanto relativos a DEA, a automatização da ordem cronológica de pagamentos e a adaptação do SIGGO para auxiliar o gerenciamento dos pagamentos, é medida que se impõe.

24. Por todo o exposto até aqui, uma decisão isolada, como a perseguida nestes autos, se mostra contraproducente e pode até provocar



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

desvirtuamento e distorções na ordem de pagamento, caso o adimplemento da obrigação seja efetuado com base apenas em decisão desta Corte, sem levar em conta o contexto em que a obrigação está inserida.

25. Como se afirmou, o acompanhado da implantação de medidas com vistas a normatização da ordem cronológica de pagamentos e da operacionalização de rotinas automatizadas para o gerenciamento dos pagamentos aos credores, está sendo tratado no Processo 1691/2015, e, no âmbito do Processo 34686/2016, o andamento e a regularidade do processo de pagamento de dívidas de exercícios anteriores.

26. Como o problema vem sendo tratado de forma sistêmica nos referidos processos, o que levará a uma solução geral, não se mostra razoável, como se afirmou, esforços isolados para deliberação da matéria, como buscado nestes autos pela empresa representante, visto que a solução a ser implementada pelo GDF será para todo o complexo administrativo distrital, razão pela qual se sugere que os presentes autos sejam arquivados nesta oportunidade.

27. Nesse sentido, vale destacar recentes precedentes verificados nos Processos nº 4560/2019 (Decisão 2282/2019¹²) e nº 30341/2015 (Decisão nº 3468/2019¹³) que convergem com o entendimento de arquivamento destes autos.

¹² (...) II. considerar: a) satisfatórios os esclarecimentos apresentados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF em atenção à Decisão n.º920/2019; b) no mérito, procedente a Representação formulada pela empresa Conter Tecnologia e Serviços Ltda. (e-DOC 7AB3F3D8-c), deixando de acolher os pedidos formulados na exordial, **uma vez que a SES/DF vem adotando as medidas necessárias para o adimplemento da obrigação objeto da representação, observada a legislação vigente, e que o Tribunal já está tratando da matéria de forma geral, no bojo dos Processos nºs 34.686/2016 e 1.691/2015; (...)(Grifou-se).**

¹³ II – levantar o sobrestamento dos autos em exame, autorizado pelo item III da Decisão n.º 2.216/2017, em virtude do desfecho do Processo n.º 34.860/2015, com a prolação da Decisão n.º 1.834/2018; III – considerar, no mérito, procedente a Representação formulada pela empresa Global Segurança Ltda. deixando de acolher os pedidos formulados na exordial, uma vez que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF vem adotando as medidas necessárias para o adimplemento da obrigação objeto da representação, observada a legislação vigente, e que o Tribunal já está tratando da matéria de forma geral, no bojo dos Processos n.ºs 34.686/2016 e 1.691/2015;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS SOCIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE

III. SUGESTÕES

28. Em face do exposto, sugere-se ao e. Plenário desta Corte de Contas:

- I. tomar conhecimento da Informação 39/2019 – SEASP;
- II. levantar o sobrestamento dos presentes autos determinado pelo item IV da Decisão nº 3799/2017 , em virtude do desfecho do Processo nº 34860/2015;
- III. autorizar:
 - a) a ciência da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF e à empresa Pick Up Center Tecnologia em Pick Up's e Caminhões Ltda.;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Áreas Sociais e Segurança Pública para arquivamento, visto que a matéria está sendo acompanhada por esta Corte de modo consolidado e sistêmico no bojo dos Processos nºs 1691/2015 e 34686/2016.

À consideração superior.

João Paulo Borges do Lago
Auditor de Controle Externo